



RESOLUÇÃO N° 03, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Serviço Social e Política Social (Câmpus de Miracema).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 22 de março de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Referendar a aprovação da criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Serviço Social e Política Social (Câmpus de Miracema), conforme Projeto, anexo único a esta Resolução.

Parágrafo único. A aprovação mencionada no *caput* deste artigo ocorreu por meio da Certidão *Ad Referendum* nº 001/2017 – Consepe, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Vice-reitor no exercício da Reitoria

emc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* SERVIÇO
SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL (CÂMPUS DE
MIRACEMA).**

Anexo único da Resolução nº 03/2017 – Consepe
Referendada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 22 de março de 2017.

PALMAS, TO
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 03/2017 – CONSEPE

**COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL
CÂMPUS DE MIRACEMA**

PROJETO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* SERVIÇO
SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL (CÂMPUS DE MIRACEMA).**

MIRACEMA - TO
2017

Comissão de Elaboração do Projeto

Rosemeire dos Santos
Sabrina Celestino
Sílvia Regina da Silva Costa
Vanda Micheli Burginski

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Serviço Social e Política Social

Profa. Dra. Vanda Micheli Burginski

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 CURSO: Serviço Social e Política Social

1.2 ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

1.3 NOME DO CÂMPUS – CURSO DE VINCULAÇÃO: CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA – CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

1.4 CARACTERIZAÇÃO: Pós-Graduação *lato sensu*

1.5 PROPONENTE: CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO CÂMPUS DE MIRACEMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

1.6 COORDENADORA: Profa. Dra. Rosemeire dos Santos

1.7 TELEFONE: (63) 3366-8639

E-MAIL: ssocial@uft.edu.br

1.8 COORDENADORA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: Profa. Dra. Vanda Micheli Burginski

1.9 VICE-COORDENADORA: Profa. Dra. Rosemeire dos Santos

1.10 PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Maio de 2017 a Dezembro de 2018.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 PÚBLICO ALVO: Preferencialmente portadores de diploma de graduação em Serviço Social reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

2.2 CARGA HORÁRIA: 408 horas, incluindo carga horária das disciplinas (presencial e atividade não presencial) e orientação de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização (TCCE).

2.3 TIPO/MODALIDADE: ESPECIALIZAÇÃO: Curso de Especialização *Lato Sensu* considerando a Resolução 1 de junho de 2007 do MEC, a Nota Técnica 388/2003 publicada em 10/04/2015 pelo MEC e, ainda respeitando a Resolução CONSEPE da UFT nº 09/2010. **CURSO PRESENCIAL – REGULAR – TEMPO PARCIAL**

2.4 NÚMERO DE VAGAS: 30 (vagas)

2.5 PERIODICIDADE DE OFERTA: Semanal – mesclada entre atividades presenciais e não presenciais.

2.6 PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 18 meses de duração. Nos primeiros doze meses através da oferta de oito disciplinas (quatro no primeiro semestre e quatro no segundo semestre). As aulas serão ministradas de forma presencial, quinzenalmente aos sábados de 08 às 12 horas e de 14 às 18 horas e não presencial no mesmo dia, horário e

interstício.

3. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA:

3.1 Área de Concentração

Serviço Social, Política Social, Trabalho e Formação Profissional.

A Área de Concentração do Mestrado em Serviço Social, intitulada “Serviço Social, Política Social, Trabalho e Formação Profissional” tem como eixo analítico a relação sócio-histórica entre o surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, seus fundamentos teóricos e metodológicos e sua vinculação estrutural com a constituição das políticas sociais na realidade brasileira.

O eixo analítico parte da concepção de que o Serviço Social enquanto profissão e como área do conhecimento é requisitada historicamente para atender às demandas colocadas pelo Estado, pela classe trabalhadora e pela mobilização da sociedade civil face às configurações da questão social brasileira no contexto da crise do capital, de acumulação flexível e neoliberalismo. Parte-se da concepção que a organização da sociedade e das lutas sociais no enfrentamento com o Estado capitalista pela garantia de direitos, pela superação da desigualdade na perspectiva de uma sociedade justa, sem exploração de classe, gênero e etnia deve ser a direção teórica e política do Serviço Social.

O estudo do Estado capitalista, sua autonomia relativa em relação ao capital e como espaço contraditório, permeado por lutas de classes, que em alguns momentos pode incorporar demandas colocadas pela classe subalterna é pressuposto para análise da política social. Nessa perspectiva, a política social é também entendida enquanto uma estratégia política e econômica articulada no âmbito estatal, que não está deslocada de outras estratégias de intervenção estatal na gestão de modelos de produção e reprodução do capital.

3.2 Linhas de Pesquisa:

1. Trabalho, Questão Social e Formação Profissional: Concentra estudos e pesquisas voltados para a análise das transformações do trabalho, sua relação contraditória com o capital na contemporaneidade e as demandas colocadas pelo Serviço Social e à formação profissional crítica face às configurações da questão social no contexto da relação entre Estado/Sociedade.

2. Movimentos Sociais, Estado e Política Social: voltada para estudos e pesquisas que contemplem a análise dos movimentos sociais, formas de organizações e sujeitos

sociais frente às necessidades e demandas sociais colocadas ao Estado. Prioriza o estudo das políticas sociais, dos direitos sociais e sua relação contraditória com o Estado capitalista.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

Propiciar aprimoramento intelectual aos Assistentes Sociais, em especial, do estado do Tocantins visando à sistematização da prática e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária, nos diferentes programas e projetos executados pelos profissionais inseridos nas diferentes Políticas Sociais setoriais, presentes nas instituições públicas ou privadas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.2.1 Refletir sobre a realidade social tocantinense compreendendo a particularidade das políticas públicas no estado, a fim de contribuir para a ampliação do acesso da população às políticas e direitos sociais, estimulando a participação social.

4.2.2 Estimular o aprimoramento profissional dos assistentes sociais e o aprofundamento de uma perspectiva teórico-crítica, frente à realidade social, visando a sistematização da prática e a produção de conhecimento.

4.2.3. Contribuir para a formação profissional continuada, que vislumbre a atuação fundamentada pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a fim de materializar os princípios dispostos no Código de Ética do/a Assistente Social.

5. JUSTIFICATIVA

No ano de 2016 o Serviço Social completa oitenta anos de sua existência e profissionalização no Brasil. Ao longo deste período de gênese e desenvolvimento da profissão, os/as assistentes sociais passaram a compor os quadros profissionais em instituições públicas e privadas, reconhecidos não apenas como executores terminais de políticas sociais (NETTO, 2006), mas como sujeitos envolvidos na sua proposição e gestão, enquanto profissionais que “pensam e analisam a realidade”:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida e na sociedade (IAMAMOTO, 2006 p.49).

Percorrendo uma longa trajetória até o momento presente, a categoria de assistentes sociais possui hoje, segundo informações divulgadas pelo Conselho Federal de

Serviço Social (CFESS), 160 mil profissionais registrados, nos 26 Conselhos Regionais sediados nos diferentes estados do Brasil, sendo o Serviço Social reconhecido como uma área do conhecimento vinculada às ciências sociais aplicadas.

No Tocantins a trajetória da profissão vincula-se ao movimento de fundação do estado e a estruturação de órgãos, instituições e políticas sociais. O primeiro curso de graduação criado no segundo semestre de 2000 vinculou-se ao Centro Universitário Luterano CEULP/ULBRA - Palmas, seguindo-se ao curso à distância fundado na Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS) em 2006 e, posteriormente a este, a criação de cursos de graduação em Serviço Social em Instituições de Ensino Superior privado na modalidade presencial e à distância. Apenas em 2007 que verificamos a fundação do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social evidencia-se no estado do Tocantins relacionando, cursos vinculados a Instituições de Ensino Superior públicas e privadas e às modalidades de ensino presencial e à distância, conforme destacamos no quadro abaixo, elaborado de acordo com as informações oficiais dispostas pelo MEC.

Cursos de graduação em Serviço Social ofertados no Estado do Tocantins			
Município	IES	Ensino à distância	Ensino Presencial
Alvorada	UNINTER	X	
Araguaína	UNIGRAN, UNINTER, UNIDERP, UNISUL, UNIOPAR e UNIP	X	
Colinas do Tocantins	FIESC		X
	UNIOPAR e UNIP	X	
Dianópolis	UNOPAR e UNITER	X	
Guaraí	UNIP	X	
Gurupi	UNINTER, UNIDERP, UNOPAR e UNIP	X	
Miracema do Tocantins	UFT		X
	UNIP	X	
Palmas	CEULP/ULBRA, ITOP, UNITINS		X
	CEUCLAR, UNISECUSAR, UNINTER, UNIPLAN, UNISEB, UNIDERP, UNISUL, UNOPAR UNIP	X	
Porto Nacional	UNIPLAN, UNOPAR e UNIP	X	
Sampaio	UNISEB	X	
Tocantinópolis	UNIP	X	

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

É válido ressaltar, que apesar de o curso de Serviço Social da UFT ser relativamente recente tem-se constituído na principal referência de formação do estado, composto pelo quadro de 21 docentes, sendo atualmente 8 doutores e 13 mestres e vem desenvolvendo de forma sistemática, atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, oferecendo como contribuição, a produção de conhecimento sobre diversas esferas da realidade social.

No que tange ao perfil de profissionais assistentes sociais sediados no estado do Tocantins, segundo dados oferecidos pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 25ª Região) possuímos um total 2.393 profissionais inscritos. Quanto à formação destes profissionais, 1.630 graduaram-se em cursos na modalidade de ensino presencial e 763 vincularam-se à modalidade de ensino à distância.

Pela conjuntura de formação profissional disposta consideramos que urge a necessidade de proposição e estruturação da pós-graduação em Serviço Social no estado do

Tocantins, vinculada a UFT e de caráter gratuito, de modo que, possamos absorver um contingente de profissionais, que atualmente para cursar o ensino neste nível, se vê obrigado a deslocar-se para outros estados, ou acaba referenciando-se a cursos de áreas afins, na maioria das vezes, de caráter privado.

Diante do exposto, o projeto que aqui se apresenta visa essencialmente, se constituir em ação inicial, destinada a estruturação do ensino em nível de pós-graduação em Serviço Social na UFT e no estado do Tocantins, a partir da estruturação, execução e funcionamento do curso de pós-graduação *lato sensu*.

No momento presente intencionamos propor ações destinadas à materialização do curso de pós-graduação em nível de especialização, visando não só a objetivação de um processo, que possa conduzir-nos a estruturação dos cursos de mestrado e doutorado e o fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento, mas ainda, que este possa se constituir num espaço de sistematização da prática para os profissionais que residem e atuam em nosso estado.

Na perspectiva de possibilitar aos profissionais do Tocantins em especial e aos oriundos dos demais estados do Brasil, o aprofundamento da formação e fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento é que justificamos a proposição do presente curso de Pós-Graduação sob o título **“Serviço Social e Política Social”**.

Vale ressaltar, que a formação de profissionais em Serviço Social voltados para o campo das Políticas Sociais visa contribuir essencialmente para transformações na realidade, no que tange a constituição, gestão e análise destas das políticas sociais, de uma dada cultura política e de participação vigente na formação social brasileira e particularizada no estado do Tocantins.

A perspectiva que aqui trazemos intenciona, em especial, a qualificação dos profissionais que estão diretamente envolvidos na execução das políticas sociais setoriais, tais como: saúde, previdência, assistência social, educação, cultura entre outras, perseguindo o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com a ampliação dos direitos sociais e da cidadania.

Para os objetivos propostos, consideramos essencial que as ações do curso se voltem para a produção de conhecimento destinada à análise da realidade social, econômica e cultural presente no estado do Tocantins. Sendo assim, compreendemos que a realização do curso de especialização também deverá levar em consideração, a análise da conjuntura social, econômica e política internacional, nacional, regional e local, bem como considerar as estreitas relações do estado do Tocantins com as regiões Norte e Centro-Oeste.

6. REFERENCIAL TEÓRICO E PREMISSAS PARA A ANÁLISE DO TEMA:

O Serviço Social enquanto uma área do conhecimento vinculada às Ciências Sociais Aplicadas revela-se como uma profissão de nível superior, que para tal responde a um processo formativo dotado de procedimentos formais e legais. Uma profissão referenciada enquanto uma especialização do trabalho, inserida em processos de trabalho coletivo conforme destacado por Barbosa, Almeida e Cardoso (1998) que encontra sua razão de ser na atuação junto às diversas expressões da questão social.

No Brasil, a gênese do Serviço Social está estreitamente vinculada à caridade religiosa e às “ações da Igreja Católica, encampadas, sobretudo, na década de 1930, na busca de formação do movimento laico e de recuperação do espaço perdido” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006) nos processos de reformas do Estado brasileiro, que culminaram na Proclamação da República.

No entanto, ainda que fortemente vinculado às ações, princípio e valores propagados pela Igreja Católica, o processo de profissionalização do Serviço Social encontra-se intimamente relacionado às respostas oferecidas pelo Estado, através de políticas sociais, pelas diversas expressões da questão social evidenciadas na contradição entre a expansão capitalista e o incremento da exploração do trabalho na fase monopolista e às reivindicações da classe trabalhadora.

No que concerne as Políticas Sociais reconhecemos sua origem e expansão como resultado da mobilização e organização da classe trabalhadora como “determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 63). No contexto europeu, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos e sociais e sua generalização é decorrente da luta da classe trabalhadora, que apesar de não instituir uma nova ordem societária, “contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX como o período que o Estado capitalista passa a assumir ações sociais” de forma ampla e sistematizada (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 64).

Entretanto, as protoformas da política social podem ser verificadas, ainda no período pré-capitalista, se estendendo pela fase do capitalismo mercantil e concorrencial. Fundamentavam-se na proposição de ações pontuais previstas nas legislações direcionadas pelo Estado, num processo de regulação legal contra o “ócio” e a “vagabundagem”, a partir de ações coercitivas e punitivas previstas nos códigos, sobretudo, na realidade inglesa,

fundamentados na obrigatoriedade ao trabalho forçado, no intuito de se instituir o “trabalho livre”.

Quanto à origem da política social, a literatura sobre o tema aponta que está relacionada ao século XIX no contexto europeu. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a pobreza, considerada como expressão das desigualdades de classe, de renda e de poder tomava novas e contraditórias feições em meio à sociedade capitalista. Historicamente, a pobreza foi relacionada a situações de escassez, no entanto, no modo de produção capitalista, a pobreza passa a se aprofundar na mesma proporção que aumentava a capacidade de produzir riquezas:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos de condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2001 p.42).

O processo engendrado pela Revolução Industrial (1820/1840) imprimiu objetivamente o *ethos* do processo de trabalho extenuante e alienante da então força-de-trabalho “livre”. Extensas jornadas de trabalho relacionadas a péssimas condições de trabalho e de vida particularizaram a sobrevivência da classe trabalhadora.

Em consequência disto, as lutas e reivindicações por parte dos trabalhadores que já vinham sendo evidenciadas no início do século XIX, irrompem alcançando um novo patamar. Tais lutas relacionadas, sobretudo, a regulamentação da jornada de trabalho, imprimiram o tom de direito e a impressão do *status* de cidadania às reivindicações e mobilizações políticas, que tiveram como ponto culminante a Revolução de 1848 na França, que pode ser compreendida enquanto marco na tentativa de ruptura com o projeto burguês (BEHRING E BOSCHETTI, 2009).

Segundo as autoras, as primeiras iniciativas de políticas sociais estiveram voltadas a regular a atividade de trabalho, se inscrevendo na constituição de regimes fundamentados pela lógica de seguros sociais, dentre os quais cabe ressaltarmos a experiência da Alemanha em 1883 como as primeiras iniciativas relacionadas à estruturação de políticas sociais, sobretudo daquelas que compreendemos como do âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Conforme caracterizado por ANDERSEN (1994) a experiência alemã de previdência social, bem como, as ações inscritas no âmbito da saúde e assistência foram constituídas em meio a um modelo “conservador fortemente corporativo”, que compunham o incipiente sistema de seguridade social que se formara e condicionaram o direito ao *status* de trabalhador. Esse modelo chamado bismarckiano é identificado como sistema de seguros sociais (BEHRING E

BOSCHETTI, 2009, p. 66) e está relacionado à contribuição direta e compulsória advindas de empregados e empregadores que compunham as chamadas “Caixas” geridas pelo Estado com a participação de seus contribuintes.

O surgimento das ações encampadas pelo Estado, reconhecidas enquanto políticas sociais foram distintas entre os países, mesmo entre aqueles inscritos no contexto europeu, dependendo conforme afirma Behring e Boschetti (2009) dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado.

É válido ressaltar que, diante da análise realizada por PEREIRA (2009) não se pode confundir, nem assimilar instantaneamente *Welfare State* a Política Social. Apesar da interrelação entre ambos, é importante compreender, que se a política social se refere a um conjunto de ações propostas pelo Estado, através do estabelecimento de direitos de previdência, assistência e saúde, por exemplo, a expressão *Welfare State*, se resguardadas as diferenças entre as formações da sociedade e países entre os quais se instala, é utilizada para se referir a modelos de proteção social pública, direcionadas pelo Estado na relação contraditória entre proteção/direito e a perpetuação das condições favoráveis ao desenvolvimento do capital.

Sendo assim, apesar do modelo *bismarckiano* de seguro social ser comumente relacionado para expressar a experiência de *Welfare State* na realidade da Alemanha, é consenso entre autores/as que se propõe a estudá-lo que o processo de institucionalização e normatização do *Welfare State* está relacionado ao período que sucede a Segunda Guerra Mundial, tendo por evidência o Plano *Beveridge* na Inglaterra (MARSHALL, 1967).

Assim, tanto a institucionalização do *Welfare State*, quanto à generalização das políticas sociais, estão relacionadas a processos político-econômicos desencadeados ao final do século XIX evidenciados, sobretudo, nas três primeiras décadas do século XX, quais sejam: o crescimento e a força do movimento operário e o avanço na luta por direitos que extrapolavam o âmbito trabalhista em si, o evidente processo de monopolização do capital que desacreditava o ideal de realização individual e a capacidade de auto-regulação da sociedade pelo mercado.

Tais fatos aliam-se aos acontecimentos relacionados à crise de 1929-1932 que eclodiu no sistema financeiro americano, se alastrando por todo globo, oferecendo impactos ao comércio mundial. Tal crise repercutiu com a estagnação do emprego e da produtividade, referindo a abundância de capitais e a escassez no lucro, gerando desemprego generalizado e queda do consumo.

O receituário para a superação da chamada “Grande Depressão” de 1929 se relacionou, sobretudo, ao abandono do liberalismo ortodoxo, o direcionamento da produção ao fordismo combinando produção e consumo em massa e o padrão keynesiano de regulação social,

inscrevendo-se em políticas de regulação com ativa participação do Estado na geração de empregos, ampliação de sua participação na prestação de serviços e políticas sociais, culminando com a ampliação de direitos sociais de caráter universal no contexto europeu (BOSCHETTI, 2010).

Num período que se teria instaurado o chamado “consenso entre as classes”, as medidas fordistas/keynesianas relacionadas à realidade americana se aliam aos preceitos expressos no Plano *Beveridge* (1942) referido como proposta protetiva inscrita na realidade da Inglaterra. O referido plano não só amplia as propostas de seguridade social impressas pela lógica do seguro social, mas inova com a proposição de direitos sob a forma de benefícios e serviços tendendo a sua uniformização e universalização e à ampliação da noção de direitos, ainda que persistisse a fundamentação liberal de incentivo ao trabalho e a auto-provisão (PEREIRA, 2009).

É a partir deste modelo de regulação social proposto após a Segunda Guerra Mundial, que o modelo de proteção social conceituado como *Welfare State*, apesar de resguardar as particularidades de cada realidade na qual se instaura, traz alguns elementos comuns que marcam esse período: 1) O crescimento do orçamento social em todos os países da Europa, 2) o crescimento incremental da mudança demográfica que ampliou os gastos com aposentadorias e 3) saúde e o crescimento sequencial de programas sociais no período (BEHRING e BOCHETTI, 2009).

Se não podemos pensar então num modelo único de política social e de *Welfare State* como pensar então tais elementos em meio à realidade brasileira? O processo de consolidação da política social no Brasil assumiu feições particulares, se levada em consideração à transição não clássica de nossa formação econômica e social, ou seja, uma nação que pelo histórico de sua colonização se organizou fundamentada no processo de acumulação capitalista a serviço dos países centrais e sustentada sobre as bases da escravidão colonial e do trabalho cativo.

A reconfiguração deste quadro encontra condições possíveis, sobretudo, após o processo de independência (1822), quando o desenvolvimento que se nutria para o exterior passou a se voltar em alguma medida para o contexto nacional. No entanto, a persistência de se pensar o país através de sua relação com o mercado externo imprime conforme nos ensina Florestan Fernandes, a marca da heteronomia e da dependência.

Ainda que a incorporação dos ideais liberais entre nós tenha possibilitado um crivo de alteração do horizonte cultural das elites nacionais, os princípios de liberdade e igualdade nestes inculcados, não se generalizaram, não sendo de fato, apropriado pelas massas. Nossa formação sócio-histórica conforme nos ensinam Behring e Boschetti (2009)

particularizou, em especial, a proposição dos direitos sociais como um movimento de legitimidade das classes dominantes num contexto de restrição de direitos civis e políticos.

Fato é que a construção de políticas sociais em solo brasileiro não acompanhou o movimento realizado pelos países de capitalismo central, a questão social já evidenciada pelas condições de vida da população só fora imbuída de caráter político com a inserção da força de trabalho escrava liberta no mundo do trabalho a partir do século XX.

Num período bem próximo e concomitante aos acontecimentos relacionados à Proclamação da República é que vimos surgir algumas poucas iniciativas balizadas pela proposição de caixas de socorros “públicas” para algumas categorias profissionais, que passam a particularizar a proteção social brasileira. Mas é de fato no século XX mais especificamente a partir da formação dos primeiros sindicatos de trabalhadores, sob a forte influência dos imigrantes, que vimos surgir regulamentações voltadas ao universo do trabalho.

Além da regulamentação da jornada de trabalho de 12 horas semanais e dos acidentes de trabalho é em 1923, através da lei Eloy Chaves, que vimos se desenhar a formatação da política social brasileira em especial, relacionada ao seu regime de previdência e saúde (SANTOS, 1979), que aliadas à proposta de assistência social aos trabalhadores, firmavam as origens da seguridade social brasileira.

Após este período em meio aos acontecimentos políticos que culminaram na composição do Estado novo, o Estado brasileiro particularizado pela “ditadura varguista” e pela onda populista que se alastrou na América Latina, ingressa num processo de regulação e institucionalização de direitos sociais, calcado na contraditória busca pelo consenso junto à classe trabalhadora e a proposição de condições plenas para o desenvolvimento do capitalismo voltado ao desenvolvimento nacional.

Já na década de 1930 verificamos a criação do Ministério da Educação e Saúde, do Departamento de Serviço Social e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Ministério do Trabalho e Indústria, e a criação da Legião Brasileira de Assistência. Entre as décadas de 1930, 1940 e 1950 verificamos o despontar do processo de regulamentação e institucionalização das políticas sociais no Brasil. Nesse período, ocorre a configuração das ações do Estado, seja na formalização de direitos a partir da produção legislativa da época, seja na criação de instituições sociais públicas fundamentadas no processo de racionalização e proposição de políticas sociais.

Fato é que se a proposição de políticas sociais em solo brasileiro emerge em descompasso com os países centrais. O trabalho, suas condições e relações tem centralidade na constituição dos sistemas de seguridade social, em consequência disto, as políticas de proteção social inscritas no âmbito da seguridade brasileira, são referenciadas nas bases da sociedade salarial, sobretudo, em meio ao período que vai dos anos de 1940 a década de 1970.

No Brasil a partir governo Governo Kubitscheck, em meados dos anos 1950 é que se presencia a combinação da perspectiva desenvolvimentista nacional aos interesses de aproximação ao capitalismo internacional, com a abertura do país ao capital estrangeiro. O Plano de Metas, proposto com vistas à solução de problemas os quais estagnariam o desenvolvimento capitalista entre nós, evidencia o processo de endividamento do país diante da aquisição de empréstimos das organizações financeiras americanas, sob a justificativa de desenvolvimento do país.

Até este período tanto a previdência quanto a saúde eram executadas e prestadas sob a égide do modelo de vinculação formal ao trabalho por intermédio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS). A assistência social prestada de forma focalizada aos chamados carentes e necessitados executava pela Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) não era consolidada como política pública.

Na década de 1960, como ressalta Netto (2014) houve um processo de politização da intelectualidade culminando em um período de efervescência política que “colocava em xeque a modalidade específica de desenvolvimento que o país havia adotado” (NETTO, 2014, p. 77). O Plano Trienal proposto pelo presidente João Goulart em 1963 foi o estopim dos acontecimentos que culminaram com o golpe militar em 1964. A partir de então verificou-se mudanças consideráveis na política social brasileira, em especial ao que podemos considerar como seguridade social.

Podemos dizer que os prenúncios da crise emergente nos anos 1960 foram inicialmente enfrentados com a intensificação do processo de internacionalização do grande capital. Se é sob a égide da Ditadura militar que podemos verificar certa expansão das políticas sociais brasileiras, a unificação dos institutos de pensões com a fundação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS – 1964) a extensão da proteção aos trabalhadores do campo, a criação da Fundação de Bem-estar do Menor (FUNABEM), é neste mesmo contexto que verificamos a expansão de direitos por via de acesso ao mercado e restrição dos direitos políticos e civis, com a abertura de serviços como previdência e saúde para ingerência do capital, bem como a implementação de ações direcionadas a reforma do ensino superior, adequando a perspectiva do ensino e da formação aos ditames da autocracia burguesa, conforme destaca (NETTO, 2000).

No período que se inicia na segunda metade dos anos 1950 até 1961 presenciamos um movimento de redefinição do modelo de acumulação, responsável pela consolidação da industrialização brasileira em moldes tipicamente capitalistas. Porém, esse período de expansão desembocou numa crise que se prolongou de 1962 a 1967. A estratégia para a saída da crise implicou num sólido arranjo socioeconômico e político feito entre Estado, capital privado

nacional e empresas transnacionais. Sendo assim o chamado “Milagre Econômico” propagado no período de 1967/74, destinado a “recuperação” e expansão econômica brasileira.

Mas se no Brasil durante a década de 1970 o mundo capitalista reconfigura seu padrão de acumulação dominante, essa reconfiguração implicará na recomposição do processo de acumulação, incidindo na esfera econômica e política, na reestruturação dos capitais, na organização dos processos de trabalho, na organização dos trabalhadores e no redirecionamento da intervenção estatal que, sob a égide do capital financeiro e dos ideais neoliberais, novas estratégias de relacionamento entre o Estado, a sociedade e o mercado são implantadas. Nesse cenário, a seguridade social, assim como as diversas políticas sociais setoriais são reconfiguradas para atender aos interesses do novo padrão de acumulação.

Neste contexto, sobretudo, no âmbito dos países periféricos a exemplo dos países latino-americanos, as políticas sociais como saúde, previdência e assistência social, estabelecidas como direitos de seguridade social, são reconfiguradas, adequadas as necessidades do capital estruturadas sob a forma dos ajustes fiscais e das “reformas” enquadradas nos ditames econômico-financeiros e políticos dos organismos internacionais (FMI, BM) como condicionalidades à prestação de “auxílio financeiro”, e/ou as dívidas externas contraídas.

A crise estrutural do capitalismo que se evidenciou no final dos anos 1960 tratou-se de uma crise de superprodução na busca por superlucros. Salvador (2010), a novidade no processo de globalização do capital no século XX é a acentuação na esfera financeira no processo de acumulação capitalista. Sendo assim, a “saída da crise” fora fundamentada no processo de financeirização da economia, sobretudo, o investimento no âmbito do capital financeiro e na crença de sua autonomia em relação ao setor produtivo industrial.

O desenvolvimento de um mercado especulativo fundamentado no “Capital que rende juros”, segundo Iamamoto (2008) está estruturado sobre mercados de poupança, seguros de previdência, aliado ao capital especulativo objetivado, através de mercados de títulos e transações imobiliárias. Em meio a este processo, as políticas sociais historicamente relacionadas a contenções as crises estruturais do capital são saíram ilesas. Relacionadas à realidade brasileira Boschetti (2010) irá nos informar que neste momento as medidas para contenção da crise não se parametraram pela regulação social-democrata como em 1929, foram retomados e aprofundados os princípios liberais sob a égide do neoliberalismo.

Ocorre que no Brasil, no que se refere às políticas sociais a crise referida chega no momento em que o país vivia um processo de retomada do Estado democrático com a formalização e ampliação de direitos resguardados pela Constituição de 1988.

A Constituição Federal, mais especificamente seu Título VIII que trata da Ordem Social destaca até seu capítulo IX os objetivos, princípios, diretrizes de diversas políticas sociais, bem como, sujeitos de direitos a exemplo do idoso, da criança, do adolescente e da família.

Em seu capítulo II a referida Constituição oferece destaque para a Seguridade Social, apontando dentre seus objetivos a universalidade da cobertura do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação de serviços, irredutibilidade no valor dos benefícios, equidade na forma de participação e custeio, diversidade em sua base de financiamento, caráter democrático e descentralizado de participação quadripartite com representação dos empregados e trabalhadores.

Ao analisarmos os objetivos propostos é possível compreendermos que em alguma medida a proposição dos direitos dispostas na Constituição, ao mesmo tempo, em que são expressões das lutas dos trabalhadores, cederam também aos ditames liberais que marca suas origens e desenvolvimento que imprimem a marca da seletividade e da focalização a estas ações como nos ensina Viana (1998).

No que se refere aos objetivos, diretrizes e principalmente em seu financiamento, a seguridade social enfrentou (e enfrenta) sérias barreiras para se desenvolver nos moldes previstos na Constituição Federal, já que concomitante ao movimento em prol de direitos gestados no Brasil no final da década de 1980 início da década de 1990 podemos verificar o aprofundamento da hegemonia e a objetivação dos ideais neoliberais, que, sobretudo, para as políticas sociais, apontam para sua desconstrução. No que se refere ao orçamento da seguridade social, composta pelas políticas de previdência, saúde e assistência social, essas três políticas terão seus orçamentos discriminados, diferenciados.

Behring (2008) alerta para o caráter regressivo que impera sobre a Carga Tributária da Seguridade Social, que se revela em grande parte custeado por seus próprios beneficiários, sobretudo, os trabalhadores mais pobres. A autora destaca, ainda, que em meio ao capitalismo contemporâneo particularmente no caso brasileiro, ocorre uma apropriação do fundo público para a valorização do capital vinculado a dívida pública, onde parcelas consideráveis da seguridade social são desvinculadas das suas finalidades.

Ainda segundo a autora podemos verificar, o contexto contraditório em meio ao qual a formalização de direitos em lei se choca com o processo de contrarreforma do Estado brasileiro (BEHRING 2008), que renega as políticas sociais e a esfera do público não estatal, sendo destacada como agente regulador suplementar.

As ações são alocadas no âmbito dos mínimos sociais destinadas ao alívio e/ou redução da pobreza, dirigidas a grupos sociais específicos, através de ações focalizadas e privatizadas acessadas via mercado e/ou Organizações Não-governamentais (ONGs).

Segundo Boschetti (2010) mesmo antes da irrupção da crise para o pagamento de encargos de juros da dívida pública já provocava redução do orçamento que deveria ser investido nas políticas sociais. Verifica-se assim, a manutenção e ampliação do lucro para o setor financeiro e a contenção de recursos destinados às políticas sociais em especial a seguridade social. Neste contexto, mais uma vez verifica-se a presença do fundo público destinado ao “socorro” das entidades do mercado financeiro.

No outro polo a flexibilização dos salários a redução dos postos de trabalho, o desemprego estrutural relega aos trabalhadores dois caminhos, a necessidade de recorrer às políticas sociais precárias e/ou focalizadas ou o acesso a direitos e serviços sociais via mercado.

É neste cenário tenso, contraditório e avesso a ampliação e efetivação de direitos, que os assistentes sociais atuam cotidianamente vinculados, as diversas políticas sociais setoriais. É neste contexto, que a realidade social, as vivências e as estratégias de sobrevivências dos sujeitos sociais demandam a intervenção de profissionais, que possuem uma relativa autonomia imposta por sua condição de trabalhadores assalariados, limitados ainda pelas condições objetivas de materialização da sua ação, mas que por outro lado, revelam como compromisso e princípios ético-político e profissional entre outros, a ampliação e consolidação da cidadania e o posicionamento em favor da justiça social, que assegure universalmente o acesso a bens e serviços.

7. METODOLOGIA¹

A proposta de projeto que aqui se apresenta parte do reconhecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que caracteriza o *lócus* universitário compreendendo este espaço, enquanto produtor de conhecimento, a partir da interação com a realidade social objetiva, vivenciada pelos sujeitos sociais.

Sendo assim, considerando o tripé que fundamenta as ações no âmbito da academia, a atuação que aqui dispomos busca a partir da atividade de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*, constituir-se como espaço destinado à sistematização da prática dos assistentes sociais inseridos nas mais diversas políticas sociais setoriais, reconhecendo a realidade social objetiva vivenciada por estes, no cotidiano de sua atuação, como fonte de

¹Vale ressaltar, que os procedimentos metodológicos aqui aludidos vinculam-se ao Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (versão 2013).

produção de conhecimento. Para as premissas aqui dispostas, partimos dos pressupostos destacados por LUCKESI [et.al] (2010) ao compreender “que o conhecimento só nasce na prática com o mundo, enfrentando seus desafios e resistências e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na sua relação com a realidade” (LUCKESI [et.al] 2010 p.49).

Partimos da compreensão do conhecimento como motor de transformações sociais, como elemento social e histórico, que se transforma, se constrói, reconstrói e contrasta dialeticamente, *pari passu* aos processos sociais. Acerca deste entendimento consideramos o processo de conhecimento e de sistematização da prática como condicionantes essenciais, ao exercício profissional, tal como nos ensina ALMEIDA (2008).

O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão (ALMEIDA, 2008 p.4/5).

A noção sistematização da prática e de produção de conhecimento aqui apropriada vincula-se e tem como motor, o cotidiano e a chamada cotidianidade onde são retificados os processos de alienação, naturalização e banalização da vida social, mas que ao mesmo tempo, constitui-se no espaço de superação destes processos considerando sua possibilidade de ressignificação e “suspensão”, tal como referenciado por Carvalho e Netto (2000).

A máxima adotada como princípio que conduz a presente ação ancora-se, no preceito de que para transformar é preciso conhecer e este conhecimento e a produção dele advinda em se tratando do Serviço Social se expressa não apenas como uma atividade intelectual e/ou acadêmica, mas em um projeto profissional e de sociedade materializado, pelos preceitos ético-políticos refletidos e apropriados pela profissão.

[...] não se guia pelas normalidades ou homogeneidades, e sim pelas heterogeneidades, discrepâncias, desigualdades. Adquire o caráter de conhecimento-movimento já que não é um conhecimento conforme, e sim dirigido a um novo lugar/formato de relações e poderes. Nesse sentido é um conhecimento ao mesmo tempo movimento – utopia. Dedicar-se a desvendar os invisíveis, os sem-voz, sem-teto, sem cidadania. Constitui-se, por tudo isso, em um conhecimento contra-hegômico (SPOSATI, 2007 p.18).

Como procedimentos objetivos que sustentarão o processo de qualificação profissional, que aqui dispomos sistematizamos a estrutura do curso, através da oferta de oito disciplinas quais sejam: Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social e Questão Social, Ética e Serviço Social, Instrumentalidade e Serviço Social, Política Social I, Política Social II, Tópicos Especiais em Seguridade Social, Tópicos Especiais em Políticas Sociais e Setoriais, Pesquisa em Serviço Social e Metodologia do Ensino Superior.

As disciplinas serão ofertadas ao longo do ano de 2017 e 2018, quatro no primeiro semestre, quatro no segundo semestre e 1 no terceiro semestre (Metodologia do Ensino Superior), sendo ministrada concomitante à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE). Estas contarão com 48 horas de carga horária, distribuídas em 24 horas presenciais, ministradas quinzenalmente aos sábados de 08 às 12 horas e de 14 às 18 horas e 24 horas não presenciais ofertadas no mesmo dia da semana, período e interstício.

O planejamento e execução das atividades inscritas nas disciplinas serão, de responsabilidade e autonomia dos docentes de referência respeitando neste processo, a necessidade da materialização de atividades acadêmico-intelectuais, que contem com reflexões e elaborações teóricas, nas quais estejam inscritas o movimento constante entre teoria e prática. Será necessário ainda, ao longo do percurso e/ou ao final das disciplinas, a aplicação de avaliações individuais e/ou em grupo aos alunos inscritos.

Após o período das disciplinas, o semestre seguinte será destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE), compreendido como um momento de sistematização do processo de qualificação profissional, bem como, de oportunidade para a sistematização dos elementos vivenciados na atuação profissional cotidiana, dos profissionais inseridos em diferentes políticas sociais setoriais, programas e serviços. Os/As estudantes inscritos/as deverão estar sob a orientação de um/a professor/a vinculado/a à Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, obedecendo as exigências dos órgãos de fomento e agências reguladoras da produção intelectual de conhecimento.

8. DA SELEÇÃO E MATRÍCULA

8.1. Processo de seleção

8.1.1 INSCRIÇÕES:

- **Período: 20/03/2017 a 27/03/2017** no horário das 08 às 12 horas, das 14 às 18 horas (exceto sábados, domingos e feriados) no Protocolo da UFT, Câmpus Miracema.
- Haverá isenção total dos valores das taxas de inscrição;

- As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispendo a Coordenação do Curso de **Pós-Graduação *Lato Sensu* em Serviço Social e Política Social** do direito de excluir do processo de seleção pública aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos;
- Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital;
- A documentação apresentada pelos/as candidatos/as não selecionados será devolvida desde que requerida no período de uma semana após a divulgação do resultado final da seleção, e até no máximo 30 (trinta) dias. Após este período a documentação será incinerada.

8.1.2 CRITÉRIOS DE SELAÇÃO

1. Bacharel em Serviço Social com diplomas em Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas pelo MEC.
2. Profissionais graduados atuantes em políticas sociais setoriais.
3. Análise curricular (currículo *lattes*)²
4. Entrevista.

8.1.3 Requisitos:

Ser graduado/a, portador/a de diploma de bacharel em Serviço Social ou áreas a fins, **RECONHECIDO** pelo MEC.

8.1.4 SELEÇÃO:

- **Período:** 28/03/2017 à 11/04/2017
- **Horário:** 08 às 12 horas, das 14 às 18 horas e das 19 às 21 horas.
- **Forma adotada para seleção:**

O processo seletivo será realizado com base nos seguintes critérios: análise do currículo *lattes* e entrevista individual.

- O processo seletivo terá caráter **ELIMINATÓRIO** e **CLASSIFICATÓRIO** e consistirá de:
- Período da Análise de Currículo: **28/03/2017 a 03/04/2017**
- Período de Entrevista: **04/04/2017 a 11/04/2017**

A seleção será vigorada por edital a ser publicado no *website* da UFT.

² Ver Anexo I para critérios de pontuação da análise de currículo.

8.1.5 RESULTADO PARCIAL E FINAL

O resultado parcial será publicado na página da UFT no dia **18/04/2017**. O prazo para interposição de recursos será nos dias **19 e 20/04/2017**.

Obs.: Em caso de empate será dada preferência:

- a) Aos participantes que atuem em área correlata ao conteúdo do curso e que apresentem carta de apresentação da instituição em que trabalham indicando o interesse da mesma pela participação do candidato no curso;
- b) Aos casos em que a instituição custeie total/parte do custo do curso;
- c) Candidato mais velho.

8.1.6 DIVULGAÇÃO DE RESULTADO FINAL: 26/04/2017 no Portal da UFT.

8.1.7 DOS RECURSOS

- Os resultados poderão ser interpostos entre os dias **19 e 20/04/2017**, sendo a análise destes e o resultado final disposto até **26/04/2017**, publicado no endereço eletrônico (<http://www.uft.edu.br>);
- O resultado final somente poderá ser recusado à vista de irregularidade e inobservância das normas pertinentes à seleção, que o tornem eivado de vícios declarados pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em **Serviço Social e Política Social** que proporrá a anulação do processo seletivo e sua reorganização o mais breve possível.
- Não será aceito recurso via *fax* ou correio eletrônico, tampouco será aceito recurso extemporâneo. Somente serão aceitos os recursos encaminhados até 48 horas após a divulgação dos resultados. O recurso deverá ser feito presencialmente.
- Em hipótese alguma será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso.

8.1.8 NÚMERO DE VAGAS: 30 vagas.

9. MATRÍCULA:

Período: **02 a 05/05/2017**

Local: Coordenação do Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins.

Horário: das 8 às 12 horas, das 14 às 18 horas.

10. DA ESTRUTURA CURRICULAR E FUNCIONAMENTO DO CURSO.

10.1. Cronograma de Realização de Disciplinas

Início das aulas: 13 de Maio 2017.

10.2 DETALHAMENTO DAS AULAS TEÓRICAS

As aulas teóricas serão direcionadas pelas disciplinas, que fundamentam a presente

proposta de curso de pós-graduação, pautada por meio de atividades expositivas presenciais e não presenciais acrescidas, da apropriação de TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação).

As aulas teóricas buscam oferecer e refletir junto aos/às estudantes cursistas, os fundamentos teóricos que oferecem sustentação às disciplinas, conforme descritos na estrutura curricular e no ementário disposto.

As aulas teóricas serão atravessadas pelo esforço de indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionando como ponto culminante, a estruturação e redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCCE) e demais produções científicas.

10.3 DETALHAMENTO DAS AULAS PRÁTICAS

As aulas práticas buscam promover a indissociabilidade entre teoria e prática, que atravessa a formação profissional em Serviço Social, sendo materializada pela indicação de atividades de aproximação e pesquisa de campo, supervisão, extensão e análise institucional.

As referidas ações práticas tomam como foco, os espaços sócio-ocupacionais responsáveis por executar as políticas sociais setoriais, em especial, aquelas vinculadas ao estado do Tocantins e os municípios que o compõe.

1º Semestre de 2017		(Maio a Outubro de 2017)	
Disciplinas	Docentes	Datas	Carga Horária
FHTM e Questão Social	Dupla I	<p>Encontros Presenciais (2º sábados do mês)</p> <p>1º Encontro: 13/05/2017 2º Encontro: 10/06/2017 3º Encontro: 08/07/2017 4º Encontro: 12/08/2017 5º Encontro: 09/09/2017 (feriado 7 de setembro) sugestão transferir pra 1º sábado do mês – 02/09/2017 6º Encontro: 14/10/2017 (feriado 12 de outubro) para 07/10/2017</p> <p>Atividades não presenciais (3º sábados do Mês)</p> <p>1º: 20/05/2017 2º: 17/06/2017 3º: 15/07/2017 4º: 19/08/2017 5º: 16/09/2017 6º: 21/10/2017</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Ética e Serviço	Dupla II	Encontros Presenciais (2º	6 encontros presenciais= 24

Social		<p>sábados do mês) 1º Encontro: 13/05/2017 2º Encontro: 10/06/2017 3º Encontro: 08/07/2017 4º Encontro: 12/08/2017 5º Encontro: 09/09/2017 (feriado 7 de setembro) sugestão transferir pra 1º sábado do mês – 02/09/2017 6º Encontro: 14/10/2017 (feriado 12 de outubro) para 07/10/2017</p> <p>Atividades não presenciais (3º sábados do Mês)</p> <p>1º: 20/05/2017 2º: 17/06/2017 3º: 15/07/2017 4º: 19/08/2017 5º: 16/09/2017 6º: 21/10/2017</p>	<p>horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Instrumentalidade e Serviço Social	Dupla III	<p>Encontros Presenciais (4º sábados do mês e um primeiro sábado do mês)</p> <p>1º Encontro: 27/05/2017 2º Encontro: 24/06/2017 3º Encontro: 26/08/2017 4º Encontro: 23/09/2017 5º Encontro: 28/10/2017 6º Encontro: 04/11/2017</p> <p>Atividades não presenciais (1º sábados do Mês)</p> <p>1º: 03/06/2017 2º: 01/07/2017 3º: 05/08/2017 4º: 02/09/2017 5º: 07/10/2017 6º: 04/11/2017</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Política Social I	Dupla IV	<p>Encontros Presenciais (4º sábados do mês e um primeiro sábado do mês)</p> <p>1º Encontro: 27/05/2017 2º Encontro: 24/06/2017 3º Encontro: 26/08/2017</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da</p>

		<p>4º Encontro: 23/09/2017 5º Encontro: 28/10/2017 6º Encontro: 04/11/2017</p> <p>Atividades não presenciais (1º sábados do Mês)</p> <p>1º: 03/06/2017 2º: 01/07/2017 3º: 05/08/2017 4º: 02/09/2017 5º: 07/10/2017 6º: 04/11/2017</p>	Disciplina = 48 /h
Carga horária total de 4 disciplinas 2017/01			192 horas

2º Semestre de 2017 (Novembro de 2017 a Julho de 2018)			
Disciplinas	Professor	Data	Carga Horária
Política Social II	Dupla V	<p>Encontros Presenciais (2º sábados do mês) 1º Encontro: 11/11/2017 2º Encontro: 09/12/2017 3º Encontro: 10/03/2018 4º Encontro: 14/04/2018 5º Encontro: 12/05/2018 6º Encontro: 09/06/2018</p> <p>Atividades não presenciais (3º sábados do Mês). 18/11/2017 16/12/2017 17/03/2018 21/04/2018 19/05/2017 16/06/2018</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Tópicos Especiais em Seguridade Social	Dupla VI	<p>Encontros Presenciais (2º sábados do mês) 1º Encontro: 11/11/2017 2º Encontro: 09/12/2017 3º Encontro: 10/03/2018 4º Encontro: 14/04/2018 5º Encontro: 12/05/2018 6º Encontro: 09/06/2018</p> <p>Atividades não</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>

		<p>presenciais (3º sábados do mês) 18/11/2017 16/12/2017 17/03/2018 21/04/2018 19/05/2017 16/06/2018</p>	
Tópicos Especiais em Políticas Sociais Setoriais	Dupla VII	<p>Encontros Presenciais (4º sábados do mês e 1 primeiro sábado do mês de julho)</p> <p>1º Encontro: 25/11/2017 2º Encontro: 24/03/2018 3º Encontro: 28/04/2018 4º Encontro: 26/05/2018 5º Encontro: 23/06/2018 6º Encontro: 07/07/2018</p> <p>Atividades não presenciais (1º sábados do mês) 1º: 02/12/2017 2º: 03/03/2018 3º: 07/04/2018 4º: 05/05/2018 5º: 02/06/2018 6º: 14/07/2018</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Pesquisa em Serviço Social	Trio	<p>Encontros Presenciais (4º sábados do mês e 1 primeiro sábado do mês de julho)</p> <p>1º Encontro: 25/11/2017 2º Encontro: 24/03/2018 3º Encontro: 28/04/2018 4º Encontro: 26/05/2018 5º Encontro: 23/06/2018 6º Encontro: 07/07/2018</p> <p>Atividades não presenciais (1º sábados do mês) 1º: 02/12/2017 2º: 03/03/2018 3º: 07/04/2018 4º: 05/05/2018 5º: 02/06/2018 6º: 14/07/2018</p>	<p>6 encontros presenciais= 24 horas Atividades não presenciais 24 horas Total =48 /h</p> <p>Carga Horária total da Disciplina = 48 /h</p>
Carga horária total			192 horas

de 4 disciplinas em um semestre			
Carga horária total de disciplinas em 12 meses.			384 horas

3º Semestre de 2018		(Agosto a Dezembro de 2018)	
Disciplinas	Docentes	Datas	Carga Horária
Metodologia do Ensino Superior	Dupla VIII	Encontros Presenciais (2º sábados do mês) 1º Encontro: 11/08/2018 2º Encontro: 08/09/2018 3º Encontro: 13/10/2018 Atividades não Presenciais (3º sábado do Mês) 1º: 18/08/2018 2º: 15/09/2018 3º: 20/10/2018 Ofertada no período de construção do TCCE	3 encontros presenciais= 12 horas Atividades não presenciais 12 horas Total = 24 /h Carga Horária total da Disciplina = 24/h
Carga horária total da disciplina em um semestre			24 horas
Carga horária total de disciplinas em 18 meses.			408 horas

11. Período de realização do Trabalho de Conclusão do Curso da Especialização

O Trabalho de Conclusão do Curso da Especialização – TCCE deverá obedecer ao formato de monografia e atender às normas da ABNT vigentes, realizado individualmente, tendo como tema uma das linhas de pesquisa apresentadas no projeto do curso, através de investigação e sistematização da prática profissional. Os trabalhos serão orientados por docentes vinculados/as à pós-graduação em Serviço Social e Política Social, buscando obedecer a solicitação dos/as estudantes cursistas, sendo a decisão final tomada em reunião colegiada da pós-graduação. O regulamento do TCCE será elaborado por uma comissão que, posteriormente submeterá à aprovação em reunião colegiada da pós-graduação.

As bancas de defesa de TCCE devem ser públicas e amplamente divulgadas para toda comunidade acadêmica. Devem compor a banca de defesa de TCCE, membros externos e internos à especialização. Os detalhamentos acerca da monografia de especialização, bem como,

os trâmites para defesa e finalização serão tratados em regimento interno específico do programa de especialização em Serviço Social e Política Social (SSPS).

12. GRADE CURRICULAR (DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIAS E DOCENTES)

DISCIPLINA	CH	DOCENTES (TITULAÇÃO)
1. FHTM e Questão Social	48 h	Profa. Ms. Débora Bolzan Profa. Dra. Rosemeire dos Santos
2. Ética e Serviço Social	48 h	Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva
3. Instrumentalidade e Serviço Social	48h	Profa. Dra. Célia Albiero Profa. Dra. Giselli Tamarozzi
4. Política Social I	48h	Profa. Dra. Maria Helena Cariaga Silva
5. Política Social II	48h	Profa. Dra. Vanda Micheli Burginski
6. Tópicos Especiais em Seguridade Social	48h	Profa. Dra. Rosemeire dos Santos
7. Tópicos Especiais em Políticas Sociais Setoriais	48h	Prof. Dra. Rosemary Negreiros Profa. Ms. Amanda Vaz
8. Pesquisa em Serviço Social	48h	Profa. Dra. Bruna Irineu
9. Metodologia do Ensino Superior	24h	Profa. Dra. Célia Albiero Prof. Dra. Ana Corina Spada
TOTAL da CH	408h	

13. DISCIPLINAS/ EMENTAS E REFERÊNCIAS

1 - Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social e Questão Social FHTM/SS. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Gênese e desenvolvimento das expressões da Questão Social sob o capitalismo e sua particularidade no Brasil, considerando a formação social, política e econômica e a intervenção do Estado. Requisição e profissionalização do Serviço Social no Brasil, o movimento de renovação da profissão e sua configuração na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTO, Marilda Villella. Questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Ano 2, nº 3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villella & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: *Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº 3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social). V. 6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERHING, Elaine Rossetti e SANTOS, Silvana Mara Moraes. Questão Social e direitos. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 267-283).

IAMAMOTO, Marilda Villella. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.

2 – Ética e Serviço Social. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Ética e Serviço social. Fundamentos sócio-históricos e ontológico, princípios e valores e o projeto ético-político profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BONETTI, Dilséa Et al. (orgs.). *Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS/CRESS. Coletânea de Leis e Resoluções: Assistente Social; Ética e Direito. 2ª Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 1999-2000.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: Serviço Social e saúde*. MOTA, Ana Elizabete. Et al. (orgs.). São Paulo: Cortez; Brasília DF: OPAS, OMS/Ministério da Saúde, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITES, Maria Cristina. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas. *In: Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates: Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lúmen e Juris, 2011.

FORTI, Valéria. Ética e Economia: Fundamentos para a discussão de direitos. *In: Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen e Juris, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Serviço Social e Ética: a constituição de uma imagem social renovada. *In: Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen e Juris, 2011.

VINAGRE, Marlise. Ética, Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório. *In: Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen e Juris, 2011.

3- Instrumentalidade e Serviço Social. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Refletir sobre a instrumentalidade para além dos procedimentos e técnicas, enquanto habilidade apropriada e desenvolvida na profissão caudatária do processo histórico e percurso percorrido pelo Serviço Social, considerando sua gênese e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* Nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Claudia Mônica dos. Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFESS. *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CFESS/CRESS. *Coletânea de Leis e Resoluções: Assistente Social; Ética e Direito*. 2ª Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: CRESS - 7ª Região, 1999-2000.

4 – Política Social I. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Origem e expansão das políticas sociais no modo de produção capitalista, tendo por fundamento o conflito entre capital e trabalho e o caráter contraditório do Estado capitalista. A Constituição das políticas sociais em meio ao capitalismo concorrencial e sua relação com os direitos sociais e o princípio de cidadania. A fase do Capitalismo Monopolista, a emergência e o desenvolvimento dos modelos de *Welfare State* na Europa e seus rebatimentos na particularidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Coleção Biblioteca Básica, v. II, 2007.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. Legislação fabril (Cláusulas sanitárias e educacionais). Sua generalização na Inglaterra. In: *Marx. Coleção Os Economistas*. Volume I - Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. In: *Lua Nova*, Nº 24. São Paulo: CEDEC, Setembro de 1994.

BEHRING, Elaine Rosseti. *Política Social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Revista de Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Política Social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1998.

VIEIRA, Evaldo. *Os Direitos e a Política Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

5 - Política Social II. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: As políticas sociais no Brasil após a Constituição de 1988 e o processo de contrarreforma do Estado. Crise fiscal, privatização, seletividade e precarização das políticas sociais. O debate sobre a crise do capital, o fundo público, o neodesenvolvimentismo e a reconfiguração das políticas sociais no neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. Et. al. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*

democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2009.

SALVADOR, Evilasio. Et. al. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSCHETTI, Ivanete. (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamaso (orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

6 - Tópicos Especiais em Seguridade Social. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Estruturação da seguridade social como conquista social no bojo do processo de redemocratização do Brasil e de efervescência dos movimentos sociais. Proteção Social e Direitos, a partir da indissociabilidade e integração do tripé saúde, previdência e assistência social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. 1988.

_____. Lei 8.080 de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. Lei 8.212 de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

_____. Lei 8.792 de 1993 Institui a Lei Orgânica da Assistência Social.

MOTA, Ana Elisabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões de Nossa Época, nº 78).

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. ed. Revan, Rio de Janeiro, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Saúde

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez-UFRJ, 1996.

MOTA, Ana Elisabete. Etal. (ogs.) *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS/Ministério da Saúde, 2008.

_____.(org). *Serviço Social e Saúde*. São Paulo: Cortez, 2005.

VASCONCELOS, Ana Maria. *Prática do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

COHN, Amélia; NUNES, Edison; JACOBI, Pedro R.; KARSCH, Ursula S. (orgs.) *A saúde como direito e como serviço*. São Paulo: Cortez, 2002.

Assistência Social

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GESST/SER/UNB, 2001.

MOTA, Ana Elisabete (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaiza. *A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

Previdência Social

FALEIROS, V. P. A questão da Reforma da Previdência no Brasil. *In: Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília*. Departamento de Serviço Social – v. 1, nº 7, Brasília-DF, UnB.

MOREIRA, Marinete Cordeiro. Questões ético-políticas para o trabalho do/a assistente social na Previdência Social. *In: CFESS, 2º Seminário Nacional do Serviço Social na Previdência*. Brasília, 2015.

LESBAUPIN, Ivo. Que Reforma? O Sistema Brasileiro de proteção social, entre a previdência e a seguridade. *In: Ser Social Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília*. Departamento de Serviço Social, V. 1, nº 11. Brasília-DF, UnB.

BRAGA, Lea e CABRAL, Maria do Socorro Reis (org.). *O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da Silva. 70 anos do Serviço Social na previdência: luta pela efetivação da seguridade social no Brasil. *In: CFESS, 2º Seminário Nacional do Serviço Social na Previdência*. Brasília, 2015.

7 - Tópicos Especiais em Políticas Sociais Setoriais. (Carga Horária: 48 horas).

Ementa: Elaboração, planejamento, gestão, execução e monitoramento das políticas sociais setoriais. A atuação profissional do/a assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais

e o princípio da intersetorialidade. Limites, desafios avanços e possibilidades entre a expansão e a regressão de direitos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de, MONNERAT, Gisele Lavinias, SOUZA, Rosimary Gonçalves (Orgs.). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas: Papel Social, 2014.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação*. São Paulo: Veras, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos sociais. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

RICO, Elizabeth Melo. *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da prática” em Serviço Social. *In: MOTA, Ana Elisabete. Et al. (ogs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS/Ministério da Saúde, 2008.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf.

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais. Brasília, 2011. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf Acesso em: 13 de jul. 2012.

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais. Brasília, 2012.

_____. Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico. Subsídios para a reflexão. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais. Brasília, 2014.

8 - Pesquisa em Serviço Social. (Carga horaria: 48 horas).

Ementa: A pesquisa como dimensão constitutiva do trabalho do/a assistente social e sua apropriação como instrumento de leitura e apreensão da realidade social. As particularidades da construção do conhecimento científico e os fundamentos propostos pelos métodos de pesquisa e análise do real, a partir de diferentes orientações teórico-filosóficas, presentes nas ciências sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Myrian Veras. *A investigação em serviço social*. São Paulo: Veras Editora; Lisboa [Portugal]: CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de e NETTO, José Paulo. *Cotidiano, conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Et. Al. (orgs). *Fazer Universidade: Uma proposta Metodológica*. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009a (p. 701-715).

SETUBAL, Aglair Alencar. *Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: *Revista Katálysis*. Santa Catarina: Florianópolis, V. 10, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética?* São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção: Primeiros Passos).

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e prática*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, M. C. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 2007.

TEMPORALIS. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

9 – Metodologia do Ensino Superior. (Carga horaria: 24 horas).

Ementa: Estudo do conjunto de referências de natureza teórica e política que possibilitem a ampla reflexão sobre as funções docente em serviço social. Problematização do horizonte legal que possibilitam o desvelando dos processos históricos que entrelaçam a dinâmica da profissão às particularidades dos processos de produção e reprodução das relações sociais na atualidade. Os processos de ensino-aprendizagem e avaliação como elementos constitutivos da competência profissional do/da assistente social na formação profissional.

REFERÊNCIAS

GIL, A.C. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 1990, 111p.

RIOS, T. A. Compreender e Ensinar: Por uma docência da melhor qualidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Brasília, p.81-97, 2000. (Revista Temporalis, n.º 1).

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília.

D'ANTOLA, A. (Org.) et al. A prática docente na universidade. São Paulo: E.P.U, p.3-42,1992.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1998. 165p. (Coleção Leitura)

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de Ensino – Aprendizagem. 23ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 312p.

Brasil. Lei 9394, 20 de dezembro 1993. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília: 1996.

Brasil. Lei 10.172, 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial Brasília, 2001.

MASETTO, M. T. Competência Pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, p.11-45, 2003.

14. Orientação de TCCE. (não conta carga horária).

Orientação para elaboração do projeto de pesquisa empírica ou teórica com delimitação do tema de estudo, levantamento bibliográfico, estudo documental bem como articular as experiências profissionais e/ou preferencialmente. Estruturação do trabalho monográfico, em bases científicas da pesquisa. Estudo e elaboração individual da monografia, sob orientação didático-pedagógica.

15. Infraestrutura Física

A coordenação do Curso de Especialização em Serviço Social e Política Social

terá uma sala disponível, sediada na UFT, Câmpus Miracema.

16. Estrutura Virtual

Para apoiar as diferentes atividades acadêmicas do curso está prevista a utilização da ferramenta do *moodle*, bem como, outras tecnologias a serem utilizadas pelo/a professor/a da disciplina.

17. Sistema de Avaliação

A avaliação de cada estudante na disciplina obedecerá uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se aprovado/a na disciplina o/a estudante que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete). O instrumento de avaliação é livre para cada professor/a de forma a adequar-se à disciplina. Será considerado aprovado/a o/a estudante que tiver frequência mínima de 75% em cada disciplina e nota mínima não inferior a 7 (sete), além da entrega do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização (TCCE). Essa sistemática obedece às normativas do MEC em vigor, conforme "**Resolução nº 4, de 13 de agosto de 1997**, que **altera** a redação do **artigo 5º da Resolução 12/83** do Conselho Federal de Educação":

Art. 5º A Instituição responsável pelo curso emitirá certificado de aperfeiçoamento ou especialização a que farão jus os alunos que tiverem tido frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga prevista, além de aproveitamento, aferido em processo formal de avaliação, equivalente a, no mínimo, 70% setenta por cento.

18. Controle de Frequência

A coordenação do Curso disponibilizará aos docentes, previamente, a lista contendo uma relação dos/as estudantes matriculados/as. Cada docente será responsável por controlar a frequência dos/as estudantes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 10 dias após o encerramento das aulas.

Das horas aulas de cada disciplina, até 50% poderão ser realizadas por meio de atividades não presenciais, tais como: sistematização de leituras; debates monitorados; trabalhos acadêmicos.

19. Indicadores de Desempenho

O Desempenho geral do curso será mensurado em duas perspectivas:

a) Do ponto de vista do aproveitamento individual de cada aluno, conforme o índice de frequências às aulas e a média das avaliações de cada disciplina;

b) Produção acadêmica do curso como um todo, conforme sejam estabelecidos projetos e parcerias entre estudantes e docentes, estimulando a participação em eventos científicos, a apresentação de trabalhos, publicação de artigos em periódicos e/ou revistas científicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete. Et al. (ogs.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS/Ministério da Saúde, 2008.

BARBOSA, R. N, ALMEIDA, N. L. T. e CARDOSO, F. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, N. 58, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. In: *Lua Nova*, Nº 24. São Paulo: CEDEC, Setembro de 1994.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Coleção Biblioteca Básica, 2007.

BOSCHETTI Ivanete (org). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano, conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Et. al. *Fazer Universidade: Uma proposta Metodológica*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: *Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, Nº. 3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. NETO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2009.

SALVADOR, Evilásio. Et. al. (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.:

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *In: Revista Katálysis*. Santa Catarina: Florianópolis, V. 10, 2007.